

# A ANÁLISE DO DISCURSO E SUAS FRONTEIRAS<sup>1</sup>

Dominique Maingueneau  
(Universidade Paris XII)

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo introduzir alguns princípios que visam organizar o campo dos estudos discursivos, o qual é visto, e não sem razão, como heterogêneo e instável. A maioria dos pesquisadores acredita que esse campo pode ser descrito como um espaço constituído por um amplo leque de «abordagens» que competem entre si em um mesmo nível. Considero preferível atribuir uma maior importância ao papel estruturante desempenhado pelas «disciplinas discursivas». Tal divisão em disciplinas deve, porém, coexistir com uma divisão baseada em «correntes» e também com uma divisão por «territórios». Além disso, faço um inventário das grandes unidades com as quais trabalham os analistas do discurso, procedendo a uma distinção entre «unidades tópicas» e «unidades não tópicas».

**PALAVRAS-CHAVE:** discurso, análise do discurso, disciplina, unidade tópica, unidade não tópica

## I

Para alguns, as pesquisas que dizem respeito ao discurso – o que às vezes denominamos «lingüística do discurso» ou «análise do discurso», termos que, a nosso ver, não são equivalentes, como argumentaremos a seguir – são uma ocupação nem sempre séria, que mistura de maneira desordenada análises de ordem lingüística e considerações sociológicas ou psicológicas de segunda categoria. Durante muito tempo, a solução mais cômoda consistiu em localizar tais pesquisas nos confins das ciências da linguagem. Hoje arrisca-se menos a manter uma tal posição, pois uma crise de identidade generalizada afeta as partilhas disciplinares tradicionais.

Se é cada vez mais difícil recusar o interesse desse tipo de pesquisas, podemos, em contrapartida, nos indagar sobre a possibilidade

de estabelecer limites claros para elas. Como o reconhece Deborah Schiffrin, «a análise do discurso é uma das regiões mais vastas e menos definidas da lingüística» (Schiffrin, 1994, p. 407). Um debate habitual vem, aliás, opor os que desejam ver na análise do discurso uma disciplina de pleno direito e aqueles que preferem nela ver um espaço de encontro privilegiado entre os diversos campos das ciências humanas, todos confrontados com a questão da linguagem.

É verossímil que o uso mais ou menos indiscriminado do rótulo «análise do discurso» resulte, de um lado, da distância que cada vez mais se acentua entre a inércia dos recortes institucionais do saber e a realidade da pesquisa atual, que ignora esses recortes herdados do século XIX. Um número crescente de trabalhos que não conseguem com facilidade se encaixar nos compartimentos tradicionais pode ser levado a se apresentar sob a etiqueta «Análise do discurso», a fim de conquistar um mínimo de autoridade, inserindo-se em um domínio que oferece a vantagem de se apresentar como um domínio aberto. Essa não é, aliás, uma situação exclusiva da análise do discurso. Nas ciências sociais ou humanas constituem-se conjuntos de pesquisa transversa que, segundo os países, vinculam-se a espaços cujos objetos e procedimentos ainda são mal identificados, se pretendermos classificá-los segundo os recortes já clássicos : «*cultural studies*», semiótica, comunicação, etc.

Porém, a médio ou a longo prazo, uma tal situação não é saudável, pois, ao invés de provocar uma remodelagem produtiva das fronteiras, pode levar ao desenvolvimento de uma dupla paisagem de pesquisa, por assim dizer: uma atividade de pesquisa nos moldes das disciplinas tradicionais, a qual seria altamente controlada e valorizada; outra, mais próxima dos interesses sociais do momento (os interesses da sociedade, os interesses dos grupos de pesquisadores), mais aberta às mídias, mas sem uma base conceptual e metodológica sólida. Em meu caso, não compartilho o pessimismo daqueles que vêem nos trabalhos sobre o discurso um fenômeno mais sociológico do que epistemológico, ainda que se trate de um espaço cujos contornos se mostrem ainda imprecisos.

As reticências que muitos manifestam a respeito dos trabalhos sobre o discurso justificam-se sem dúvida pelo fato de que tais trabalhos são comumente abordados tomando-se como ponto de referência o núcleo duro da lingüística. Ora, as pesquisas sobre o discurso se

beneficiam com – ou, ao contrário, sob a ótica de alguns, são aviltadas por – um estatuto singular que as inscreve nas ciências da linguagem e que, simultaneamente, faz dessas ciências da linguagem um ponto de cruzamento das ciências humanas ou sociais. Podemos, com efeito, abordar as pesquisas sobre o discurso partindo tanto da lingüística quanto da psicologia, da sociologia, da antropologia, da teoria literária, etc., o que não constitui nenhuma situação fora do comum: a filologia de antigamente podia ser abordada tanto como um empreendimento lingüístico quanto histórico, em função do modo pelo qual era considerada.

Hoje, quando falamos de análise do discurso, não podemos mais ignorar que esse rótulo se aplica a trabalhos de inspirações muito diferentes em todo o mundo. Inútil produzir sínteses, apresentações, notas de esclarecimento: a análise do discurso permanece extremamente variável. Na era do *e-mail* e da mobilidade dos pesquisadores, os recortes geográficos e intelectuais tradicionais devem transigir com redes de afinidades científicas que desconhecem fronteiras e que modificam profundamente as linhas de partilha epistemológica. Em análise do discurso, como em outros domínios, a transformação dos modos de comunicação modificou em profundidade as condições de exercício da pesquisa.

Aliás, não podemos atribuir a emergência da análise do discurso a um renomado fundador, pois ela representa um espaço que se constituiu progressivamente a partir dos anos 1960 por meio da convergência de correntes oriundas de lugares muito diversos. Alguns preferem enfatizar menos a sua novidade e mais a sua antigüidade, sem dúvida a fim de lhe conferir uma maior legitimidade. Desse modo, Teun Van Dijk considera que a Análise do discurso dá continuidade à retórica antiga:

A Análise do discurso é simultaneamente uma disciplina antiga e recente. Suas origens podem ser localizadas no estudo da linguagem, discurso público e literatura, remontando a mais de 2000 anos. Uma de suas mais importantes fontes históricas é indubitavelmente a retórica clássica, a arte de falar bem. (Van Dijk, 1985, p.1)

Há, contudo, um perigo evidente em situar a análise do discurso no prolongamento da retórica, como se a retórica, ou, antes, as diferentes configurações da retórica, não fossem solidárias de configurações do saber e de práticas irremediavelmente desaparecidas. A nosso

ver, a análise do discurso implica também o reconhecimento de uma «ordem do discurso» irreduzível ao dispositivo retórico. O que não a impede de reinvestir, não sem as reelaborar convenientemente, muitas categorias e problemáticas oriundas da retórica ou de outras práticas.

Para nós, a análise do discurso não veio simplesmente preencher um vazio na lingüística do sistema, como se a Saussure tivéssemos adicionado Bakhtin, ou ainda como se a uma lingüística da «língua» acrescentássemos uma lingüística da «fala». É verdade que ela mantém um elo privilegiado com as ciências da linguagem, domínio ao qual pertence – pelo menos na concepção que prevalece em geral, e particularmente na França; todavia, seu desenvolvimento implica não apenas uma extensão da lingüística, mas também uma reconfiguração do conjunto dos saberes. Podemos observar, aliás, que apenas uma parte daqueles que foram seus grandes inspiradores nos anos 60 é constituída por lingüistas, estando presentes ainda antropólogos (Hymes), sociólogos (Garfinkel, Sacks) e também filósofos preocupados com a lingüística (Pêcheux) ou não (Foucault).

Para introduzir um mínimo de coerência no tratamento conferido à heterogeneidade do campo, somos freqüentemente tentados a produzir definições consensuais, mas pouco coercitivas. Esse é o caso do *Handbook of discourse analysis*, de Teun Van Dijk, que vê na análise do discurso o estudo do «uso real da linguagem por locutores reais em situações reais» (Van Dijk, 1985, p. 2). É também o caso de Deborah Schiffrin, para quem a análise do discurso «estuda não apenas enunciados, mas o modo pelo qual os enunciados (incluindo a linguagem neles empregada) são atividades embutidas na interação social» (Schiffrin, 1994, p. 415). Chegamos, desse modo, a uma representação da análise do discurso que a identifica a uma espécie de «superlingüística», na qual se reconciliariam forma e função, sistema e uso.

Por outro lado, encontramos definições claras, mas com certeza excessivamente restritivas. Uma tal atitude pode corresponder a dois procedimentos bastante distintos:

(i) alguns chamam de «análise do discurso» as pesquisas que se inscrevem no âmbito da problemática pela qual se interessam, excluindo do referido âmbito todas as demais. Tal procedimento não é raro: em sua lógica extremada, ele promove o funcionamento habitual das ciências humanas, território no qual o pesquisador é obrigado a produzir uma definição da disciplina à qual pertence que esteja em har-

monia com suas próprias pesquisas;

(ii) outros, preocupados em utilizar designações unívocas, constroem uma definição de análise do discurso que não leva absolutamente em consideração a diversidade das pesquisas efetivamente desenvolvidas em seu nome. Poderíamos evocar a esse respeito a interessante distinção estabelecida por Levinson (1983): a análise do discurso constituiria uma das duas grandes correntes da análise das interações orais, ao lado da «análise conversacional». A análise do discurso, centrada nos atos de linguagem, seria representada por pesquisas como as de Sinclair & Coulthard (1975) ou da Escola de Genebra (Roulet & al., 1985) em suas origens. Essa distinção é sem dúvida pertinente, mas é tão-somente uma decisão terminológica.

Com a mesma preocupação de produzir uma definição restritiva, outros vêm na análise do discurso uma disciplina que se ocuparia dos fenômenos que, nos anos 60 ou 70, eram considerados como sendo da esfera da «gramática de texto». M. Charolles et B. Combettes, por exemplo, intitulam *Contribution pour une histoire récente de l'analyse du discours*, artigo de 1999, o que, de fato, é um panorama da evolução da lingüística textual. Esse uso, que consiste em chamar de «análise do discurso» o estudo dos fenômenos de coerência e coesão textuais – ainda que seja possível se valer do artigo de Harris (1952), *Discourse analysis*, que consagrou o rótulo «análise do discurso» – não corresponde ao uso dominante. Seria, com efeito, redutor ver no discurso uma simples extensão da lingüística para além da frase. Eis, aliás, o que sublinham com muita propriedade os próprios Charolles e Combettes:

No nível dos discursos, não se está, com efeito, diante de determinismos exclusivamente lingüísticos, mas de mecanismos de regulação comunicacional heterogêneos nos quais os fenômenos lingüísticos devem ser tratados em relação com fatores psicolingüísticos, cognitivos e sociolingüísticos. (Charolles & Combettes, 1999, p. 79)

Reencontramos essa assimilação mais ou menos exata entre análise do discurso e estudo das regularidades transfrásticas em J. Moeschler et A. Reboul:

O problema que a ANÁLISE DO DISCURSO procura resolver em sua origem é o da interpretação dos discursos. De que modo, sendo dado um discurso (uma seqüência não arbitrária de frases), podemos atribuir-lhe um sentido? (Moeschler & Reboul, 1998, p.12)

A Análise do discurso é, desse modo, definida da seguinte forma:

subdisciplina da lingüística que procura explicar um grande número de fatos (anáfora, tempos verbais, conectores, etc.) recorrendo a uma unidade superior à frase, o DISCURSO, e a noções que permitem defini-lo (coerência, memória discursiva, etc.). (Moeschler & Reboul, 1998, p. 14)

É certo que fazer coincidir a análise do discurso com o estudo dos fenômenos transfrásticos lhe confere uma respeitabilidade e uma visibilidade que ela não possui quando se apresenta como um conjunto confuso de trabalhos situados nas fronteiras da lingüística. Ainda que evidentemente não exista nenhum monopólio no que diz respeito a definições de análise do discurso, chamar de «análise do discurso» o estudo dos fenômenos de coerência e coesão textuais é algo que vai de encontro aos hábitos, e não apenas de encontro aos hábitos que prevalecem na França: penso, por exemplo, no manual de análise do discurso de Brown e Yule (1983), cuja ênfase recai não sobre a coesão textual, mas sobre a função comunicacional dos textos.

A dificuldade que se experimenta ao se definir a análise do discurso também se prende ao fato de que a relação entre «discurso» e «análise do discurso» é pensada espontaneamente nos mesmos moldes da relação estabelecida entre objeto empírico e disciplina que estuda esse objeto. A partir da constatação de que existiria um domínio comumente denominado «discurso», identificado mais ou menos vagamente com a atividade contextualizada de produção de unidades transfrásticas, a análise do discurso seria considerada como sendo *a* disciplina que se ocuparia de tal domínio. Isso significa pressupor algo que não é evidente: que o discurso seja um objeto imediatamente dado e, ainda por cima, que ele seja objeto de *uma* disciplina.

Com certeza, o discurso não constitui um domínio tão aberto quanto «a educação» ou «a imprensa», por exemplo, mas não é por isso que ele poderia ser saturado por uma única disciplina. Nessa perspectiva, defendi a idéia (Mainueneau, 1995) de que o discurso somente se torna verdadeiramente objeto de um saber se ele for assumido por diversas disciplinas que possuem cada uma um interesse específico: sociolingüística, teorias da argumentação, análise do discurso, análise da conversação, análise crítica do discurso (a «CDA» anglo-saxã), etc. Nessa ótica, distinguem-se *análise do discurso* e *lingüística do discurso*,

compreendendo esta o conjunto das disciplinas que abordam o discurso. O interesse que governa a análise do discurso seria o de apreender o discurso como intricação de um texto e de um lugar social, o que significa dizer que seu objeto não é nem a organização textual, nem a situação de comunicação, mas aquilo que as une por intermédio de um dispositivo de enunciação específico. Esse dispositivo pertence simultaneamente ao verbal e ao institucional: pensar os lugares independentemente das palavras que eles autorizam, ou pensar as palavras independentemente dos lugares com os quais elas estão implicadas significaria permanecer aquém das exigências que fundam a análise do discurso.

Aqui, a noção de «lugar social» não deve, contudo, ser apreendida de modo excessivamente imediato: pode se tratar de um *posicionamento* em um campo discursivo político, religioso, etc.; pode se tratar também de uma categoria de locutores (as enfermeiras, os imigrados de determinada origem, por exemplo), etc. Em todos os casos, o analista do discurso deve conceder um papel central à noção de gênero de discurso, que por natureza impede toda e qualquer exterioridade simples entre «texto» e «contexto».

Segundo essa lógica, as mesmas produções verbais podem permitir a elaboração de *cópus*<sup>2</sup> para diversas disciplinas do discurso. Estudando um debate político na televisão, por exemplo, o analista da conversação ou o da argumentação não se centrarão sobre os mesmos aspectos: o primeiro se interrogará sobre a negociação dos turnos de fala, a preservação das faces, os fenômenos paraverbais, etc.; o especialista da argumentação centrará sua atenção sobre o auditório visado, a natureza e o modo de encadeamento dos argumentos, o *etos*, etc.; quanto ao analista do discurso, este se interrogará em primeiro lugar sobre o próprio gênero de discurso, sobre a composição textual, sobre os papéis sociodiscursivos e a redefinição do político implicados nesse gênero televisual, etc.

O que foi dito não significa que essas disciplinas do discurso funcionem de modo isolado; ao contrário, elas são constantemente impelidas a levar em consideração as perspectivas dessa(s) ou daquela(s) outra(s) disciplina(s), mas a partir do lugar que lhe(s) é próprio: os recursos de uma disciplina do discurso são mobilizados para serem colocados a serviço de uma outra.

Por essa razão, nem toda pesquisa sobre o discurso pertence

necessariamente a *uma* disciplina. Para muitos trabalhos com objetivo claramente descritivo, vemo-nos algumas vezes na impossibilidade de dizer qual a disciplina que os rege. As diferenças entre as disciplinas não aparecem, com efeito, senão quando a pesquisa se inscreve verdadeiramente em uma problemática cujo perfil será delimitado pelo interesse que governa a disciplina em questão.

Não desejamos tampouco exagerar a indiferença dos objetos em relação às diversas disciplinas do discurso. Se é certo que não existem «dados» que sejam propriedade exclusiva de uma disciplina, é, contudo, inegável que cada disciplina possui *objetos preferenciais*. Um analista do discurso encontra-se *a priori* menos interessado do que outros em conversas familiares: trata-se, com efeito, de práticas verbais que muito dificilmente poderiam ser relacionadas a um lugar institucional ou a um posicionamento ideológico. Concebe-se, desse modo, que um analista da argumentação confira uma atenção constante ao discurso publicitário e que um analista da conversação não se interesse muito pelos *córpus* filosóficos, ainda que se trate dos diálogos de Platão – o que não impede os analistas do discurso filosófico de tirar proveito dos trabalhos sobre a conversação (Cossutta, 2005).

Uma tal concepção da análise do discurso não deixa de evocar a concepção dominante no mundo britânico. Podemos encontrá-la em ação, por exemplo, em Brown & Yule, que apresentam a análise do discurso como sendo «a análise da língua em uso» e, mais tarde, como sendo «uma investigação sobre para que a língua é usada» (Brown & Yule, 1983, p. 1). O manual de David Nunan, *Introducing discourse analysis*, que se inscreve na mesma corrente, é mais preciso:

No caso do analista do discurso, o objetivo derradeiro de seu trabalho analítico é tanto mostrar quanto interpretar a relação entre essas regularidades e padrões em língua, e também os significados e os propósitos expressos por meio do discurso. (Nunan, 1993, p. 7).

Mesmo no interior desses limites, a análise do discurso está longe de ser algo de homogêneo. Tive a ocasião de listar (Maingueneau, 1995, p. 8) um certo número de fatores independentes que levam à diversificação das pesquisas em análise do discurso. Retomo-os aqui:

(i) a *heterogeneidade das tradições* científicas e intelectuais, a qual, conforme vimos anteriormente, está, aliás, cada vez menos ligada a uma repartição estritamente geográfica, ainda que não seja inde-

pendente de tal modo de repatição. Trata-se muito mais de uma questão de redes. Em várias publicações, pude, desse modo, falar de «tendências francesas», ainda que isso não queira dizer que todas as pesquisas de análise do discurso desenvolvidas na França estejam em consonância com essas tendências, nem que o referido tipo de pesquisa seja desenvolvido apenas na França, ou mesmo que todos os pesquisadores que participam dessas tendências nelas estejam implicados no mesmo grau. Dentre essas «tendências» podemos lembrar o interesse por *cópus* submetidos a fortes coerções no plano institucional, o recurso às teorias da enunciação lingüística, a consideração da heterogeneidade enunciativa, a preocupação de não apagar a materialidade lingüística subjacente às funções dos discursos, o primado do interdiscurso, a necessidade de uma reflexão sobre as posições de subjetividade implicadas pela atividade discursiva;

(ii) *a diversidade das disciplinas de apoio*: no cruzamento dos diversos campos das ciências humanas, a análise do discurso assume perfis muito variados segundo o(s) campo(s) que lhe fornece(m) impulso. Nos Estados Unidos, a antropologia e a sociologia desempenharam um papel essencial em sua constituição; na França, a psicanálise, a filosofia ou a história exerceram sobre ela uma grande influência;

(iii) *a diversidade dos posicionamentos* («escolas», «correntes», etc.), com seus fundadores carismáticos, com suas fórmulas verbais indicando relações de aliança, etc.;

(iv) *os tipos de cópus* privilegiados pelos pesquisadores;

(v) *o aspecto da atividade discursiva* levado em consideração: as condições de emergência, de circulação, as estratégias de produção ou de interpretação, etc.;

(vi) *a visada, aplicada ou não*, da pesquisa, ainda que seja impossível traçar uma linha divisória nítida entre pesquisa aplicada e não aplicada, sabendo-se desde já que a análise do discurso é muito sensível à demanda social;

(vii) *a disciplina de filiação* dos analistas do discurso: um historiador ou um sociólogo que recorram à análise do discurso terão inevitavelmente tendência a nela ver um instrumento a serviço de uma interpretação; *a priori*, a referida tendência se atenuará no caso de um pesquisador oriundo da lingüística.

Contudo, uma lista como essa apresenta o inconveniente de colocar os fatores de diversificação sobre o mesmo plano. Além disso, ao deixar

entender que a distinção entre lingüística do discurso e disciplinas do discurso seja suficiente para estruturar esse espaço, essa lista subestima outras linhas de partilha. Para dar conta da complexidade efetiva das pesquisas sobre o discurso, é preciso fazer avançar a reflexão.

Existe, aliás, uma outra posição sobre essa questão, exemplificada em *Approaches to discourse*, obra de D. Schiffrin (1994). Apoiando-se em uma definição de discurso visto como «enunciados como interação social» (Schiffrin, 1994, p. 419), a autora estabelece uma distinção entre dois níveis: o da «análise do discurso», que corresponde aproximadamente para Schiffrin ao que chamamos de «lingüística do discurso» (acrescida, é certo, de uma insistência sobre a dimensão interacional), e uma quantidade aberta de «abordagens» que especificam essa análise do discurso. Tais abordagens são vistas como compartilhando seis postulados (Schiffrin, 1994, p. 416):

(i) a Análise do discurso é empírica;

(ii) o discurso é não apenas uma seqüência de unidades lingüísticas: sua coerência não pode ser compreendida se a atenção apenas se limitar à sua forma lingüística e a seu significado;

(iii) recursos para obter a coerência contribuem conjuntamente para a produção e compreensão participativas do que é dito, do que é significado e do que é feito no curso da fala cotidiana;

(iv) as estruturas, significados e ações do discurso falado cotidiano são interativamente produzidas;

(v) tudo o que é dito, o que é significado e o que é feito é seqüencialmente situado, ou seja, enunciados são produzidos e interpretados nos contextos locais de outros enunciados;

(vi) o modo como algo é dito, como é significado e como é feito – escolhas dos falantes dentre diferentes dispositivos vistos como modos de falar alternativos – é guiado pelas relações que se estabelecem entre os seguintes itens:

(a) as intenções do falante;

(b) estratégias convencionadas para tornar reconhecível a intenção;

(c) os significados e funções de formas lingüísticas em seu contexto de emergência;

(d) o contexto seqüencial de outros enunciados;

(e) propriedades do modo discursivo, como, por exemplo, narração, descrição, exposição;

- (f) o contexto social, a exemplo das identidades dos participantes e suas relações, estrutura da situação, cenário;
- (g) um arcabouço cultural de crenças e ações.

A posição defendida por Schiffrin cria algumas dificuldades. O próprio postulado referente à existência de um certo número de princípios compartilhados é problemático; pode-se, ao contrário, sustentar que nem todos os especialistas do discurso compartilham os mesmos pressupostos. Além disso, para D. Schiffrin, como frequentemente ocorre no mundo anglo-saxão, “discurso” refere-se à interação oral (o “discurso falado cotidiano”). Ora, não é uma questão simples decidir se o universo do “discurso” se organiza em torno dessa caracterização. Essa restrição, sem dúvida, acompanha de perto a ausência de problemáticas da subjetividade enunciativa ou dos gêneros de discurso. Não há nada de surpreendente no fato de que, nessas formulações, o que está em questão é a “situação”, o “cenário”, o “contexto”, e não a instituição. Quanto à noção de interdiscurso, ela se reduz ao “contexto seqüencial de outros enunciados”.

Podemos nos interrogar também sobre a natureza das “abordagens” apresentadas na obra de Schiffrin: a) “abordagem do ato de fala”; b) “sociolinguística interacional” (Gumperz, Goffman); c) «etnografia da comunicação» (Hymes); d) «abordagem pragmática»; e) «análise da conversação» (etnometodologia); f) «abordagem variacionista» (Labov). Essa lista é evidentemente heterogênea. Parece claro que a teoria dos atos de linguagem e a pragmática não se situam de modo algum no mesmo plano que os demais itens: ambas constituem não «abordagens» propriamente ditas; antes, correspondem efetivamente a uma certa concepção da linguagem e do sentido compartilhada por várias correntes.

Podemos localizar um ponto de vista que se aproxima ao de Schiffrin em muitos pesquisadores, como no manual de S. Titscher & al. (2000), intitulado *Methods of Text and Discourse Analysis*, que justapõe não menos que doze «abordagens» diferentes. Mais recentemente ainda, em um artigo coletivo, M. Stubbe & al. (2003) testam cinco «abordagens» em um mesmo fragmento de conversação: nove minutos de uma conversa entre um homem e uma mulher em seu ambiente de trabalho, na Nova Zelândia. Dentre essas cinco abordagens – «análise da conversação», «sociolinguística interacional»

(Gumperz), «teoria da polidez» (Brown e Levinson), «análise crítica do discurso», «psicologia discursiva» (Potter e Wetherell) –, três não figuravam no livro de Titscher & al. Em seu artigo, Stubbe & al. evocam mesmo a possibilidade de recorrer a outras «abordagens»:

pragmática, teoria dos atos de fala, análise da variação, teoria da adaptação da comunicação, lingüística sistêmico-funcional, semiótica, proxêmica e vários tipos de análise retórica, estilística, semântica e narrativa. (Stubbe & al., 2003, p. 351)

Surpreendemo-nos um pouco aqui quando verificamos que a teoria da polidez é promovida ao nível de «abordagem», ainda que se trate de um componente necessariamente presente em toda interação. Acrescentamos que aqui as «abordagens» situam-se em planos distintos. Na lista apresentada, podemos distinguir:

(i) disciplinas ou correntes: a semiótica, a estilística, a etnografia da comunicação, a «análise crítica do discurso», etc.;

(ii) componentes necessariamente presentes nas interações verbais: proxêmica, polidez, atos de fala, etc.;

(iii) concepções da linguagem, que não são próprias de uma corrente: pragmática.

De acordo com esse procedimento, nada parece poder conter a proliferação das «abordagens». De um ponto de vista didático, esse modo de apresentação é cômodo (aliás, as obras de Schifffrin e Titscher & al. são manuais), mas ele induz uma certa concepção dos estudos sobre o discurso: a de um vasto mercado no qual se exerce uma concorrência generalizada, onde cada produtor propõe sua «abordagem» a pesquisadores que fazem sua escolha em função de suas necessidades. Esse efeito é acentuado pela apresentação escolhida por Stubbe & al., que consiste em estudar o mesmo fragmento de conversação: podemos nos surpreender diante dessa independência entre os «dados» e as abordagens, como se as abordagens não contribuíssem de modo decisivo para a construção desses «dados».

Parece-nos preferível não incluir nas «abordagens» do discurso aquilo que na realidade pertence aos *recursos* comuns a todos os que trabalham com o discurso: gênero de discurso, coerência e coesão textuais, tipologia dos discursos, polifonia, atos de linguagem, teoria da polidez, etc. Certamente uma corrente vai enfatizar um dado tipo de recurso, outra corrente, um outro tipo de recurso, mas dificilmente

poderemos falar desses recursos em termos de abordagens.

A esses «recursos» comuns devemos acrescentar os pressupostos teóricos compartilhados por uma grande quantidade de especialistas do discurso: a linguagem como atividade, a contextualidade radical do sentido, o caráter interativo da comunicação verbal, etc. É inevitável que esses pressupostos se tornem objeto de discussão, mas sem eles não haveria um espaço comum de pesquisa. Por exemplo, é bastante difundido que a análise do discurso de inspiração francesa defende alguns postulados que não são os da maioria dos analistas do discurso; porém, isso não chega a provocar uma ruptura do campo, uma vez que estamos longe da situação na qual haveria não-concordância em relação a todos os postulados. Aliás, a não-concordância não é sempre perceptível, pois ela diz respeito à interpretação, e não ao pressuposto: nem todos interpretam da mesma maneira o postulado do primado do interdiscurso, mas um grande número de pesquisadores o adota.

O ponto litigioso, é bom lembrá-lo, concerne ao modo de apreender a diversidade das pesquisas sobre o discurso. A posição defendida em 1994 por Schiffrin e por muitos outros que a sucederam consiste em dizer que essas pesquisas se dividem em uma infinidade de «abordagens» que representam diferentes modos de «iluminar» o discurso. A posição que defendi em 1995, ao contrário, colocava em primeiro plano diversas «disciplinas do discurso». A questão de fundo que se coloca, desse modo, é a de saber se a pesquisa sobre o discurso é estruturada por disciplinas ou por «abordagens», no sentido de Schiffrin e de seus sucessores (eliminando-se, contudo, itens indesejáveis como a pragmática e a polidez), isto é, por «correntes». Ao dizermos «corrente» devemos entender simultaneamente uma certa concepção (i) do discurso; (ii) da finalidade de seu estudo; (iii) dos métodos pertinentes para analisá-lo. A etnografia da comunicação, a sociolinguística interacional de Gumperz, a corrente althusseriana da Escola francesa (M. Pêcheux) seriam exemplos de correntes.

Colocando-se, ao contrário, em primeiro plano as disciplinas do discurso, faz-se, a meu ver, uma dupla hipótese:

(i) a comunicação verbal abordada como discurso oferece um número reduzido de ângulos de ataque (justificação pelo objeto); em outros termos, por sua existência mesma, as disciplinas, por pouco estáveis que sejam, dizem algo acerca do objeto com o qual elas se confrontam. É verdade que, da mesma forma que as «correntes», as

disciplinas não são realidades trans-históricas (sabe-se, por exemplo, que o campo da retórica tradicional era muito mais amplo do que o das teorias modernas da argumentação), mas elas se desenvolvem num período de tempo mais longo e são menos afetas à individualidade de um fundador;

(ii) a pesquisa exige espaços sociais de disponibilização dos produtos científicos; exige comunidades de pesquisadores que necessitam trabalhar com espaços menos indeterminados do que «o discurso», territórios que sejam comuns a várias correntes.

Temos aqui a escolha entre duas atitudes: uma não concede nenhum crédito à orientação sociodiscursiva da pesquisa; a outra consiste em pensar que existe uma interação essencial entre sua orientação conceptual e sua orientação institucional, em razão do caráter constitutivamente cooperativo dessa atividade. As disciplinas são indissociáveis das comunidades de pesquisadores que compartilham interesses comuns, que trocam informações, que participam de modo privilegiado nas mesmas reuniões de grupo (colóquios, mesas-redondas, jornadas de estudo, bancas de trabalhos de conclusão, etc.). Citarei aqui as palavras de um epistemólogo das ciências sociais, para quem a disciplina é simultaneamente

um lugar de troca e de reconhecimento, e matriz de discursos e de debates legítimos (...) um lugar de recursos sociocognitivos, de referências autorizadas, de normas partilhadas e de exemplos comuns, permitindo a tessitura de uma *tradição*, problemática, conflitual, mas real, de conhecimento. Esse espaço de especialização disciplinar é, assim, um lugar onde podem se articular em um empreendimento de conhecimento legítimo – não mais apenas social, mas epistemologicamente, isto é, em um empreendimento de conhecimento *argumentado* – as diversas linguagens pelas quais se organiza o trabalho analítico. *Espaço social de legitimação de saberes, uma disciplina é, indissociavelmente, um espaço lógico de construção de argumentações.* (Berthelot, 1996, p. 99-100)

Nessa perspectiva, se mantemos uma distinção, por exemplo, entre duas disciplinas do discurso, a «análise da conversação» e a «análise do discurso», isso se deve simultaneamente a razões ligadas ao objeto (existe em particular uma forte especificidade das conversações) e a razões que se prendem ao funcionamento das comunidades científicas: a observação dos colóquios, dos suportes de publicação, das referências bibliográficas mostra que os pesquisadores dessas duas

disciplinas não ocupam o mesmo espaço, ainda que em numerosas circunstâncias sejam levados a participar das mesmas atividades. A «conversation analysis» pode se mostrar como uma corrente se a restringimos à problemática oriunda da sociologia de Garfinkel, Sacks, etc.; porém, se apresentará como uma disciplina se a ela integramos outras correntes. Vimos anteriormente que Levinson (1983) aí distinguia duas grandes correntes, «conversation analysis» e «discourse analysis».

Parece-nos que uma forma de não fazer justiça aos trabalhos de Labov é neles ver, a exemplo da posição de Schifffrin, uma simples «abordagem» do discurso, sem a referir ao campo disciplinar da sociolinguística, sem explicitar que no referido campo Labov prolonga e renova as questões mais clássicas que dizem respeito à variação.

Dito isto, seria completamente artificial inscrever certas correntes em uma disciplina determinada. Esse é o caso, por exemplo, da sociolinguística interacional de Gumperz, em relação à qual não faz muito sentido indagar se ela pertence à sociolinguística, à análise da conversação ou à análise do discurso. Isso não impede que os trabalhos de Gumperz recebam diferentes tratamentos segundo os abordemos como uma contribuição à análise da conversação ou como um meio de «tratar os problemas de identidade e suas relações com as divisões sociais, políticas e étnicas» (Gumperz, 1989, p. 7), posição que os aproxima de perspectivas mais sociolinguísticas. Podemos mesmo ir mais longe e dizer que certas correntes não se deixam aprisionar no espaço das pesquisas sobre o discurso: a corrente etnometodológica pertence também à sociologia.

Além disso, para dar conta da realidade das pesquisas sobre o discurso, é preciso igualmente levar em consideração um outro modo de agrupamento dos pesquisadores que, não estando baseado em pressupostos teóricos e metodológicos, nem por isso será menos importante: os territórios delimitados pelo objeto de estudo (discurso televisual, discurso administrativo, discurso político, etc.). Esses domínios de pesquisa são eles mesmos em geral componentes de domínios mais vastos: a análise do discurso televisual, por exemplo, poderá ser um componente dos estudos sobre a televisão ou sobre as mídias. Da mesma forma que nos «cultural studies» anglo-saxônicos, o princípio de agrupamento passa a ser temático: «gender studies», «postcolonial studies», «gay studies», etc.

A constituição de redes de pesquisadores que se agrupam em torno do mesmo objeto (diremos, do mesmo *território*) sem que por isso pertençam ao mesmo campo das ciências sociais ou à mesma corrente não é um fenômeno marginal. O próprio postulado dos estudos sobre o discurso, a saber, que todo e qualquer tipo de produção verbal é digno de investigação, já possui por corolário a raridade dos objetos efetivamente estudados, em relação ao infinito de *cópus* possíveis. São inevitavelmente os fenômenos sociais percebidos como importantes – seja a que título for – que retêm mais facilmente a atenção e que recebem as melhores subvenções. A isso acrescenta-se o fato de que a pluri, a trans, a interdisciplinaridade são hoje largamente recomendadas pelas políticas de pesquisa, tornando-se com frequência a condição *sine qua non* de obtenção de créditos. Nesses «territórios», o estudo do discurso não é senão uma das abordagens possíveis ao lado de outras, vindas de outros horizontes das ciências humanas e sociais.

Cometeríamos um erro, porém, caso entendêssemos que esses agrupamentos por territórios não são senão algo da ordem da aplicação sem uma dimensão teórica: acredita-se que, a partir do momento que um certo número de pesquisadores com formações muito variadas não possui outro denominador comum senão um determinado objeto, recortado em função de uma demanda de ordem social, isso configurará tão-somente uma justaposição eclética de abordagens heterônomas cuja validade se julgará essencialmente por seu poder de intervenção na sociedade. Na realidade, as coisas são muito mais complexas, e as pesquisas por territórios intervêm fortemente nas elaborações conceptuais: a fala dos jovens das grandes cidades é, certamente, um território socialmente sensível e midiaticamente promissor, mas é também um objeto que vai modificar significativamente os conceitos dos pesquisadores. Além disso, existe uma dinâmica intelectualmente criativa na pluridisciplinaridade: o fato mesmo de que pesquisadores de disciplinas diferentes colaborem durante um longo período de tempo em um mesmo território não pode deixar de produzir efeitos profundos, tanto no plano teórico quanto no plano institucional.

Resumindo, poderíamos dizer que as pesquisas sobre o discurso implicam uma interação permanente entre dois grandes princípios de agrupamento dos pesquisadores:

(i) em primeiro lugar, agrupamentos por *disciplinas do discurso* e por *correntes* (integradas ou não em uma disciplina). Os pesquisado-

res aí compartilham um determinado número de postulados e de «recursos» conceptuais e metodológicos, ainda que nem todos compartilhem os mesmos;

(ii) em segundo lugar, um agrupamento por *territórios*, o qual pode ser realizado em dois níveis distintos: agrupamentos de lingüistas do discurso que não pertencem às mesmas correntes ou disciplinas; agrupamentos entre lingüistas do discurso e pesquisadores de outros domínios.

Esses diversos modos de agrupamento produzem uma paisagem confusa e instável. Além disso, não se poderia esquecer que alguns trabalhos de orientação descritiva não pertencem nem a uma disciplina ou corrente, nem a um território, podendo, antes, ser explorados por múltiplas disciplinas, correntes ou territórios. O mesmo se dá em relação aos trabalhos que dizem respeito aos «recursos» comuns aos lingüistas do discurso, como ocorre em certos estudos sobre a tematização, os conectores, a polifonia, etc.

A própria noção de agrupamento não é, porém, isenta de problemas. Ela pode dar a impressão de que cada pesquisador possui *seu* grupo de pertencimento. Nada é mais falso, excetuados alguns poucos casos: via de regra, o mesmo indivíduo pode participar de vários grupos, situação que contribui bastante para embaralhar as linhas de partilha.

## II

Passarei agora a uma reflexão sobre as unidades fundamentais com as quais trabalham os analistas do discurso, no sentido restrito de uma disciplina do discurso que possui um interesse específico. Na análise do discurso francófona, a noção de «formação discursiva», a mais antiga, coexiste com outras como as de «posicionamento» e «gênero de discurso», sem que muitas vezes sua articulação – e mesmo sua compatibilidade – seja realmente explicitada.

Em trabalhos anteriores (Maingueneau, 1991, p. 25-28), pude já enfatizar a heterogeneidade da análise do discurso, dividida entre um procedimento «analítico» e um procedimento «integrativo». O primeiro desses procedimentos foi bem ilustrado pela problemática de Michel Pêcheux, característica da Escola francesa de inspiração lacano-althusseriana: nessa corrente, fortemente influenciada pela psicanálise, a análise do discurso visava acima de tudo desfazer as continuidades

des, de modo a fazer aparecerem nos textos redes de relação invisíveis entre enunciados. O procedimento «integrativo», em contrapartida, visa articular os componentes da atividade discursiva, apreendida em sua dupla dimensão social e textual. Esse procedimento pode ser ilustrado pelos trabalhos de Jean-Michel Adam (1999) ou pelos trabalhos de Patrick Charaudeau (1995).

Essa distinção entre procedimentos analítico e integrativo pode ser simultaneamente afinada e estendida, considerando que os análises do discurso lidam com dois grandes tipos de unidades: *tópicas* e *não tópicas*<sup>3</sup>.

## As unidades tópicas

### 1. As unidades territoriais

As unidades que poderíamos chamar de *territoriais* correspondem a espaços já «pré-delineados» pelas práticas verbais.

Pode-se tratar de *tipos de discurso* relacionados a um dado setor de atividade da sociedade – discurso administrativo, publicitário, etc. – com todas as subdivisões que forem necessárias. Esses tipos englobam um certo número de *gêneros de discurso*, compreendidos como dispositivos de comunicação socio-historicamente variáveis (o telejornal, a consulta médica, o guia turístico, etc.). Mesmo os gêneros definidos por um autor, como ocorre com frequência em literatura ou em filosofia, somente são definidos no interior de práticas verbais instituídas. Tipos e gêneros de discurso são tomados numa relação de reciprocidade: todo *tipo* é um agrupamento de gêneros, todo gênero só se define como tal por pertencer a um determinado tipo. Porém, a noção de gênero, mesmo no sentido restrito que privilegiamos aqui, recobre realidades diferentes: o telejornal ou o guia turístico são rotinas estabilizadas, ao passo que uma obra literária possui um verdadeiro autor, que pode contribuir para a categorização genérica de seu texto<sup>4</sup>.

A noção de tipo de discurso também é heterogênea; trata-se, com efeito, de um princípio de agrupamento de gêneros que pode corresponder a pelo menos duas lógicas distintas: (i) a lógica do co-pertencimento a um mesmo *aparelho* institucional; (ii) a lógica da dependência em relação a um mesmo *posicionamento*. Não é a mesma coisa falar de «discurso do hospital» e de «discurso comunista».

O «discurso do hospital» remete à rede dos gêneros de discurso

que funcionam em um mesmo aparelho, no caso, o hospital (reuniões de serviço, consultas, relatos cirúrgicos, etc.). Em uma lógica de aparelho, não é a concorrência que estrutura em primeiro lugar o espaço. Por exemplo, no caso de um gênero universitário como o relatório de defesa de tese em letras e ciências humanas na França (Dardy, Ducard, Maingueneau, 2001), há uma complementaridade entre diversos gêneros (elaboração da tese, pré-relatórios que precedem a defesa de tese, defesa de tese, relatório sobre a defesa<sup>5</sup>, etc.), que são constitutivos do funcionamento de uma dada instituição.

O «discurso comunista», em contrapartida, remete à diversidade dos gêneros de discurso (jornal cotidiano, panfletos, programas eleitorais, etc.) produzidos por um dado posicionamento no interior do campo político. Cada posicionamento investe certos gêneros de discurso e não outros, e esse investimento é um componente essencial de sua identidade.

Nada impede, contudo, que se aborde o discurso comunista como discurso de aparelho: nesse caso, são os gêneros de discurso ligados ao funcionamento do partido que serão levados em consideração. Tudo não passa de uma questão de ponto de vista.

## 2. As unidades transversas

Os analistas do discurso trabalham também com unidades que poderíamos denominar *transversas*, no sentido de que atravessam os textos pertencentes a múltiplos gêneros de discurso. Poderíamos falar aqui de *registros*, os quais são definidos a partir de critérios lingüísticos, funcionais ou comunicacionais:

(i) os registros definidos em bases lingüísticas podem ser de ordem enunciativa, como é o caso da famosa tipologia estabelecida por E. Benveniste (1966) entre «história» e «discurso», a qual foi complexificada a seguir, em particular por J. Simonin-Grumbach (1975) ou Jean-Paul Bronckart (Bronckart & al., 1985). Existem ainda tipologias fundadas em estruturas textuais, como é o caso das «seqüências» de Jean-Michel Adam (1999);

(ii) outros registros se assentam em critérios *funcionais*, como o célebre esquema das seis funções de Jakobson; há, contudo, outros que procuram classificar os textos postulando que a linguagem é diversamente mobilizada segundo cumpra tal ou qual função dominan-

te: lúdica, informativa, normativa, ritual, etc.;

(iii) finalmente, outros registros combinam traços lingüísticos, funcionais e sociais para constituir registros de tipo *comunicacional*: «discurso cômico», «discurso de vulgarização», «discurso didático», etc. Ainda que tais registros invistam determinados gêneros privilegiados, eles não podem neles se fechar. A vulgarização, por exemplo, é a finalidade central de certas revistas ou manuais, mas ela também se atualiza nos telejornais, na imprensa cotidiana, nas interações ordinárias, etc.

### As unidades não tópicas

As unidades *não tópicas* são construídas pelos pesquisadores independentemente de fronteiras preestabelecidas, o que as distingue das unidades «territoriais»; além disso, elas agrupam enunciados profundamente inscritos na história, o que as distingue das unidades «transversas».

#### 1. As formações discursivas

Unidades como «o discurso racista», «o discurso pós-colonial», «o discurso patronal», por exemplo, não podem ser delimitadas por fronteiras que não sejam as estabelecidas pelo pesquisador; elas devem, além disso, ser especificadas historicamente. Os *cópus* aos quais elas correspondem podem conter enunciados pertencentes aos mais variados tipos e gêneros de discurso; eles podem até, em função da vontade do pesquisador, misturar *cópus* de arquivo e *cópus* construídos para a pesquisa (sob a forma de testes, interlocuções, questionários, etc.). É para esse tipo de unidade que decidi reservar o termo «formação discursiva», distinguindo-o do valor que lhe é conferido tanto por Foucault (1969, p. 52-53) quanto por Haroche, Henry, Pêcheux (1971), sem, contudo, trair abertamente os referidos autores. Com efeito, esses autores não especificam as relações entre formações discursivas e gêneros de discurso, deixando recair a ênfase no fato de se tratar de sistemas de determinações inconscientes da produção discursiva em um lugar e em um momento dados.

#### 2. Os percursos

Os analistas do discurso podem ainda construir *cópus* de elementos de diversas ordens (palavras, grupos de palavra, frases, fragmentos de textos) extraídos do interdiscurso, sem buscar construir espaços de coerência, ou seja, sem procurar constituir totalidades. Nesse

caso, deseja-se, ao contrário, desestruturar as unidades instituídas por meio da definição de *percursos* inesperados: a interpretação se apóia, assim, sobre a explicitação de relações imprevistas no interior do interdiscurso. Esses percursos são hoje consideravelmente facilitados pela existência de *softwares* que permitem tratar conjuntos de textos bastante vastos.

Podemos prever percursos de tipo formal (um certo tipo de metáfora, uma dada forma de discurso relatado, de derivação sufixal, etc.); porém, nesse caso, se não trabalhamos com um conjunto discursivo bem especificado, recaímos na análise puramente lingüística. Podemos igualmente prever percursos baseados em materiais lexicais ou textuais: por exemplo, a retomada ou as transformações de uma mesma expressão em uma série de textos, ou então as diversas recontextualizações de um «mesmo» texto. Foi assim que se desenvolveu um trabalho sobre a expressão «depuração étnica» na imprensa francesa durante a recente guerra na ex-Iugoslávia (Krieg-Planque, 2003); nesse caso, trata-se antes de tudo de explorar uma dispersão, uma circulação, e não de ligar uma seqüência verbal a uma fonte enunciativa. Podemos, desse modo, pensar nos trabalhos desenvolvidos junto a Sophie Moirand sobre a «memória interdiscursiva» na imprensa acerca dos «acontecimentos científicos de caráter político», como o caso da vaca louca ou o dos O.G.M.<sup>6</sup> (Moirand, 2001; Beacco & al., 2002).

Se retomarmos os diversos tipos de unidades de que tratamos, chegaremos então ao seguinte quadro:

Unidades tópicas		Unidades não tópicas	
Territoriais	Transversas	Formações discursivas	Percursos
Tipos / Gêneros de discurso a)Gêneros de campos b)Gêneros de aparelhos	Registros lingüísticos Registros funcionais Registros comunicacionais		

Dentre essas unidades, as que mais facilmente atraem suspeita

são evidentemente as unidades não tópicas: «formações discursivas» e «percursos». Com efeito, elas não são estabilizadas por propriedades que definem fronteiras pré-delimitadas (seja qual for a origem desse recorte): o princípio que as agrupa encontra-se essencialmente a cargo do analista. Não se deve, contudo, exagerar a distância que separa as unidades tópicas e as não tópicas. Por um lado, pouco importa que as unidades tópicas sejam de um certo modo pré-delimitadas, uma vez que elas colocam múltiplos problemas de delimitação, como sempre ocorre nas ciências humanas ou sociais. Por outro lado, existe um conjunto de princípios e de técnicas que regulam esse tipo de atividade hermenêutica. É verdade que essas «regras da arte» permanecem quase sempre implícitas, que elas são adquiridas por impregnação, mas podemos presumir que, com o tempo, a construção das unidades será cada vez menos deixada ao capricho dos pesquisadores.

Além disso, tem-se grande interesse em não simetrizar unidades tópicas e não tópicas, que não obedecem à mesma lógica. Por um lado, não pode existir análise do discurso sem unidades tópicas, sejam essas «territoriais» ou «transversas»; por outro lado, limitar a análise do discurso apenas a unidades tópicas significaria denegar a realidade do discurso, que, por natureza, coloca sempre em relação discurso e interdiscurso: o interdiscurso «trabalha» o discurso, que, a seu turno, redistribui esse interdiscurso que o domina. A sociedade é percorrida por um agregado de palavras com poder de ação difuso, que atravessam numerosos espaços de discursos. É preciso, pois, que aceitemos a instabilidade de uma disciplina que é habitada por uma falha constitutiva. Parece impossível chegar a uma síntese entre um procedimento assentado em fronteiras e uma abordagem que desfaz essas fronteiras: a abordagem que consiste em desfazer fronteiras alimenta-se dos limites que caracterizam o procedimento de estabelecimento dessas mesmas fronteiras. Entre ambos verifica-se uma assimetria irreduzível. O sentido é fronteira e subversão da fronteira, negociação entre lugares de estabilização da fala e forças que excedem toda e qualquer localidade.

(tradução de Décio Rocha)

## ABSTRACT

The field of discourse studies is rightly considered as heterogeneous and unstable. This article aims at introducing some principles to organise it. Most of scholars think that this field can be described as a space in which a wide range of “approaches” are competing with each other on the same level. I think it better to attach great importance to the structuring role of “discourse disciplines”. But this division into disciplines must coexist with a division into “trends” and another one into “territories”. Furthermore I take an inventory of the major units with which discourse analysts work; a distinction is made between “topic” and “no-topic” units.

KEY WORDS: discourse, discourse analysis, discipline, topic unit, no-topic unit

## REFERÊNCIAS

- ADAM, J.-M. *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999.
- BEACCO, J.-C. et al. Science in media and social discourse: new channels of communication, new linguistic forms. *Discourse studies*, 4 (3), p. 277-300, 2002. Disponível em <http://dis.sagepub.com>.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.
- BERTHELOT, J.-M. *Les vertus de l'incertitude*. Paris: PUF, 1996.
- BRONCKART, J.-P. et al. *Le fonctionnement des discours*, Neuchâtel-Paris: Delachaux et Niestlé, 1985.
- BROWN, G.; YULE, G. *Discourse analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- CHARAUDEAU, P. Une analyse sémiolinguistique du discours. *Langages*. Paris: Larousse, v.117, p. 96-111, 1995.
- CHAROLLES, M.; COMBETTES, B. Contribution pour une histoire récente de l'analyse du discours. *Langue française*. Paris: Larousse, v.121, p. 76-116, 1999.
- COSSUTTA, F. (ed). *Le dialogue: introduction à un genre philosophique*. Lille: Septentrion, 2005.

- DARDY, C.; DUCARD, D.; MAINGUENEAU, D. *Un genre universitaire: le rapport de soutenance de thèse*. Lille: Septentrion, 2001.
- DUCROT, O.; SCHAEFFER, J.-M.. *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Seuil, 1995.
- FOUCAULT, M. *L'Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- GUMPERZ, J. *Engager la conversation*. Paris: Minuit, 1989.
- KRIEG-PLANGUE, A. 'Purification ethnique', une formule et son histoire. Paris: CNRS Editions, 2003.
- HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. La sémantique et la coupure saussurienne : langue, langage, discours. *Langages*, Paris: Larousse, v.24, p. 93-106, 1971.
- HARRIS, Z. S. Discourse analysis. *Language*. New York, vol. 28, p.1-30, 1952.
- LEVINSON, S.C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- MAINGUENEAU, D. *L'Analyse du discours. Introduction aux lectures de l'archive*. Paris: Hachette, 1991,
- \_\_\_\_\_. Présentation. *Langages*. Paris: Larousse, v.117, p. 5-11, 1995.
- \_\_\_\_\_. Analysis of an academic genre. *Discourse studies*, Barcelona, v. 4 (3), p. 319-342, 2002.
- \_\_\_\_\_. Quelles unités pour l'analyse du discours? *Romanistisches Jahrbuch*, v. 53-2002, Walter de Gruyter-Berlin-NewYork, p. 109-118, 2003.
- MOESCHLER, J. ; REBOUL, A. *Pragmatique du discours*. Paris: A. Colin, 1998.
- MOIRAND, S. Du traitement différent de l'intertexte selon les genres convoqués dans les événements scientifiques à caractère politique. *SEMEN*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, v.13, p. 97-118, 2001.
- NUNAN, D. *Introducing discourse analysis*. London: Penguin English, 1993.
- ROULET et al. *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne: Peter Lang, 1985.
- SCHIFFRIN, D. *Approaches to discourse*. Oxford UK and Cambridge USA: Blackwell, 1994.
- SIMONIN-GRUMBACH, J. Pour une typologie des discours. In: KRISTEVA, J. et al. (eds.). *Langue, discours, société*. Paris: Seuil, 1975.
- SINCLAIR, J.; COULTHARD, M. *Towards an Analysis of Discourse*. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- STUBBE, M. et al. Multiple discourse analyses of a workplace interaction. *Discourse studies*, Barcelona, v. 5 (3), p. 351-388, 2003.

SWALES, J. *Genre Analysis. English in Academic and Research Settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TITSCHER, S. et al. *Methods of Text and Discourse Analysis*. London: Sage, 2000.

VAN DIJK, T. Discourse analysis as a new cross-discipline. In: VAN DIJK, T. (ed.) *Handbook of Discourse Analysis*, vol.1. New York: Academic Press, p. 1-10, 1985.

#### NOTAS

<sup>1</sup> Esta é uma versão ligeiramente modificada de *L'analyse du discours et ses frontières*, texto publicado em língua francesa em *Marges linguistiques* 9, maio de 2005, M.L.M.S. (editor).

<sup>2</sup> N.T.: Tendo em vista a forte recorrência da palavra no campo dos estudos lingüísticos, foram evitadas aqui as formas latinas *corpus* (sing.), *corpora* (pl.), preferindo-se conceder «cidadania portuguesa» a «córpus» (sing. e pl.). Trata-se de forma (ainda) não dicionarizada em língua portuguesa, situação que difere da que se verifica em francês, língua em que o registro de formas como «le(s) corpus» data já do século XIX (*Lexis – dictionnaire de la langue française, Larousse*).

<sup>3</sup> Modifico aqui a apresentação das unidades de análise do discurso que propus em Maingueneau (2003).

<sup>4</sup> A respeito dessa questão, ver Maingueneau (2002).

<sup>5</sup> Na França, os pré-relatórios, que antecedem a defesa de tese, são feitos por dois peritos que dão garantias acerca da qualidade do trabalho (isto é, garantem que a tese poderá ser defendida); o relatório sobre a defesa é redigido pelo presidente da banca.

<sup>6</sup> N.T. : Organismos geneticamente modificados.